

PROCESSO - A.I. Nº 2691910800/02-5
RECORRENTE - BUNGE ALIMENTOS S/A
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO DE IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE DEFESA
ORIGEM - INFAZ BARREIRAS
INTERNET - 14.05.03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C/JF Nº 0214-11/03

EMENTA: ICMS. INTEMPESTIVIDADE. DEFESA FISCAL. Recurso interposto contra despacho da autoridade que determinou o arquivamento da defesa em auto de lançamento do imposto, por ter sido apresentada fora do prazo legal. Confirmada a intempestividade da defesa. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O autuado inconformado com o arquivamento, por intempestividade, da sua peça de defesa quanto ao Auto de Infração nº 2691910800/02-5, interpõe Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa, nos termos do art. nº 125 do RPAF/99.

Contesta o procedimento da instância administrativa em arquivar o processo, pois, deve analisar o mesmo e atestar a sua legalidade.

A revelia na verdade reputa os fatos como verdadeiros, mas não exime o julgador "*a quo*" de atentar para os aspectos legais envolvidos no lançamento fiscal.

Observa-se no Auto de Infração, que o autuante deixou de respeitar importantes princípios administrativos, para não dizer constitucionais, na consecução do seu trabalho.

Passa a fundamentar a Nulidade dos itens 1, 2 e 3, pois não há qualquer demonstração cabal da motivação que serviu de base para as exigências fiscais.

Cita os artigos 142 e 149 do CTN, comenta sobre os princípios da ampla defesa e da motivação, e pede que se confirme a Nulidade do lançamento fiscal nos termos do artigo 18, § 1º do RPAF/99.

Cita decisões do STJ sobre a questão, e pede que se faça uma análise detalhada do lançamento, para confirmando-se as nulidades indicadas, se decreta a Nulidade ou o saneamento das falhas que impedem a perfeita compreensão da matéria tributada, ou seja, a caracterização do Auto de Infração como peça válida.

Discerne sobre o procedimento fiscal, contesta a existência de demonstrativos embasadores das infrações imputadas, repete conceitos sobre a ampla defesa, e ante a flagrante Nulidade do lançamento tributário, requer seja conhecido de ofício o vício alegado, decretando-se a Nulidade do lançamento (arts. 20 e 21 do RPAF), ou a anulação dos pontos omissos, obscuros e incorretos, permitindo-se aferir oportunamente a legalidade do crédito e a caracterização da ampla defesa, por ser medida de direito e de justiça.

A PROFAZ analisa o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa, contesta as argumentações apresentadas, fundamenta e entende correto o procedimento fiscal, opinando pelo

Improvemento do mesmo, em face do não ter obedecido ao prazo previsto pelo artigo 123 do RPAF/99.

VOTO

Neste Recurso de Impugnação ao Arquivamento da Peça Defensiva, o recorrente, em momento algum apresenta justificativas para elidir a intempestividade imputada.

Os argumentos trazidos são os mesmos apresentados na peça defensiva arquivada, os quais, pretende que até de ofício sejam neste momento apreciados.

Estamos apreciando e julgando um Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa, e só a ele podemos nos pronunciar.

As nulidades argüidas devem ser apresentadas em procedimento próprio, ao Órgão controlador da legalidade, para que possa acatá-las ou não.

Face à inexistência de fato ou fundamento que possa anular o arquivamento por intempestividade da peça defensiva, concordo com o Parecer da PROFAZ, e voto pelo NÃO PROVIMENTO deste Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa apresentado no Auto de Infração nº 269191.0800/02-5, lavrado contra **BUNGE ALIMENTOS S/A**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$14.646,12**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, VII, “a” e “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, além da multa de **R\$720,00**, prevista no art. 42, XV e XX, da citada lei, alterada pela Lei nº 7.753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de maio de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

MAX RODRIGUEZ MUNIZ – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR.DA PROFAZ